Processo nº 63/2011

(Autos de recurso penal)

Data: 17.03.2011

Assuntos : Julgamento à revelia.

Consentimento do arguido.

Trânsito em julgado.

Prescrição.

SUMÁRIO

1. A decisão proferida em sessão de Leitura à qual assistiu o defensor do arguido que foi pessoalmente notificado da data da audiência de julgamento com a advertência que se à mesma faltasse e nada dissesse seria por aquele representado nos termos do art.º 315º, n.º2 e 3 do C.P.P.M. produz todos os efeitos, nomeadamente quanto ao prazo para o seu recurso e para o seu trânsito em julgado.

O relator,

Processo nº 63/2011

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, como os sinais dos autos, vem recorrer do despacho proferido pelo M^{mo} Juiz do T.J.B. que indeferiu um pedido pelo mesmo apresentado no sentido de se declarar prescrito o procedimento criminal que lhe foi movido no âmbito do Processo n.º CR1-05-0277-PCC.

*

Na sua motivação produziu as seguintes conclusões:

“1. Nas fls. 2400 a 2401 dos autos , a recorrente A pede que o Tribunal a quo declare que a parte relativa a ela seja arquivada por ter decorrido a prescrição.

2. O Tribunal a quo indeferiu o pedido da declaração da extinção da prescrição criminal apresentado pela recorrente A por entender que a parte de crime dela já tinha sido transitada em julgado, devia calcular-se a prescrição da pena mas não a do procedimento criminal.

3. O Tribunal a quo reconheceu que a decisão da recorrente já tinha sido transitada em julgado porque a mesma já consentiu na realização da audiência na sua ausência nos termos do art.º 315º do Código de Processo Penal e representados todos os efeitos pelo defensor.

4. No entanto, a recorrente sublinha que nunca requereu ou consentiu com a realização da audiência na sua ausência.

5. A Certificação constante da fls. 2042 é formada por duas partes: a notificação de audiência de julgamento e a cominação sobre a falta à audiência.

6. A segunda parte deve ser apresentada pela recorrente de forma activa e voluntária em termos jurídicos, a recorrente tem direito de não a assinar.

7. *O artº 315º do Código de Processo Penal compreende dois princípios: o princípio contraditório e o princípio valenti non fit injúria (A quem consente não é feita injúria), enquanto o último princípio é o mais importante.*

8. *A segunda parte do teor da fls. 2042 dos autos: “Por força do artº 315º do Código de Processo Penal , a audiência tenha lugar na sua ausência” não é o acto feito voluntariamente pela recorrente, mas sim imposto pelo tribunal nos termos do artº 315º do Código de Processo Penal, sem ter em consideração a vontade da recorrente.*

9. *Sendo assim, o texto acima referido viola evidentemente o princípio valenti non fit injúria, acto esse não corresponde com as disposições previstas no artº 315º do Código de Processo Penal e em consequência não produz efeito designado no n.º 3 do artº 315º.*

10. *A recorrente não requereu ou consentir de forma explícita que iria faltar à audiência na dita certificação, mas só manifestou que estava ciente e recebeu a notificação.*

11. *Em termos de lógica jurídica, a recorrente manifestou silêncio perante a referida cominação mas isso não implica o seu consentimento nisso, “o silêncio é, em si mesmo, insignificativo”, quer dizer, não produz qualquer efeito.*

12. *Mesmo que a recorrente assinasse no referido documento, não declarou a sua vontade de requerer ou consentir na falta à audiência, razão pela qual não produz qualquer efeito o referido documento; ou pelo menos não tinha qualquer vontade de acção e por isso não produz efeito de acordo com a alínea a) do n.º1 do artº 239º do Código Civil de Macau.*

13. *O Tribunal a quo reconheceu que a parte de crimes já tinha sido transitada em julgado em 16 de Abril de 2007, razão pela qual não se calculou a prescrição do procedimento criminal, violando evidentemente os artigos 110º e 315º do Código de Processo Penal.*

14. *Face ao expendido, pede-se que o MM.º juiz do TSI julgue que a fls. 2042 dos autos não preenche as disposições definidas no art. 315º do Código de Processo Penal, e julgue que a parte de crime da recorrente ainda não é transmitida em julgado, revogue o despacho constante da fls. 2404 proferido pelo Tribunal a quo, e, em harmonia com o requerimento constante das fls. 2400 a 2401 dos autos, declare extinta a prescrição e mande fazer o arquivamento da parte da recorrente”; (cfr., fls. 2421 a 2426 e 2442 a 2445 que como as que se vierem a referir, dão-se aqui como reproduzidas para todos os efeitos legais).*

Respondendo assim conclui o Exmo. Magistrado do Ministério Público:

“1. *A recorrente sublinhou que nunca requereu ou consentiu na realização da audiência na sua ausência. A parte relativamente a ela constante do acórdão ainda não é transitada em julgado, deve-se portanto declarar extinta e arquivada a parte relativa a ela conforme o seu requerimento.*

2. *Face à fundamentação interposta pela recorrente, este Ministério Público entende que os pontos cruciais residem em: 1º, se o regime de ausência à audiência definido no n.º 2 do art.º 315º do Código de Processo Penal deve ser apresentado activa e voluntariamente pela arguida própria; 2º, se não for necessariamente apresentado por iniciativa da arguida, a assinatura da notificação pela recorrente inclui ou não o seu consentimento de realizar a audiência na sua ausência e forem representados pelo defensor todos os efeitos.*

3. *Em primeiro lugar, o Código de Processo Penal dispõe no seu n.º 2 do art.º 315º que: “pode requerer ou consentir que a audiência tenha lugar na sua ausência”, quer dizer, a audiência pode ser realizada na ausência da arguida com o requerimento e consentimento desta.*

4. *Nesse sentido, constatamo-nos que o regime de ausência à*

audiência fixado no n.º 2 do art.º 315º do Código de Processo Penal não é necessário ser apresentado activa e voluntariamente pela arguida, mas também pode ser realizado mediante o pedido apresentado por uma das partes e com o consentimento da arguida.

5. *Por outro lado, a recorrente assinou a notificação constante da fls. 2042 dos autos, o teor desta compreende a data e a hora da audiência de julgamento e que o Tribunal a quo realizaria a audiência em ausência da recorrente.*

6. *Os Juízes a quo mandaram que a Secretária procedesse ao assunto supramencionado mediante o despacho, quer dizer, o referido assunto compreende duas partes, mas a segunda parte não constitui a consequência de não observação da primeira parte e portanto não dotada da natureza de cominação.*

7. *De facto, este Ministério Público entende que como a recorrente estava ciente do teor da notificação antes da assinatura desta e, mesmo assim, ainda decidiu de assiná-la, o acto dessa mostra, de forma expressa, que ela tomou conhecimento de toda a notificação.*

8. *O regime de ausência à audiência definido no n.º 2 do art.º 315º do Código de Processo Penal pode ser realizado com a interposição de uma parte e com o consentimento da arguida; para além*

disso, a notificação assinada pela recorrente e que está constante da fls. 2042 dos autos implica o consentimento da mesma de realização da audiência na sua ausência e forem representados pelo defensor todos os efeitos.

9. *Mesmo que a recorrente não compareceu na audiência realizada em 27 de Março de 2007 pelo Tribunal a quo, é considerado que ela também recebeu o dito acórdão em 27 de Março de 2007 por estar presente o seu defensor e recebido o acórdão pelo mesmo. Sendo assim, o respectivo acórdão já foi transitado em julgado em 16 de Abril de 2007.*

10. *Pelo exposto, é evidentemente improcedente o recurso interposto pela recorrente e deve ser indeferido”; (cfr., fls. 2428 a 2431 e 2457 a 2466).*

*

Em sede de vista, emitiu o Exmo. Representante do Ministério Público o seguinte Parecer:

“O n.º 2 do art. 315º CPP comporta, de facto, duas realidades diferentes : a do requerimento e a do consentimento de que a audiência

de julgamento tenha lugar na ausência do arguido.

Pugna a recorrente, no caso, pela necessidade, para o efeito, de intervenção activa sua, após a notificação que lhe foi efectuada, no sentido de tal requerimento ou consentimento válidos.

Ora, se tal é verdade em relação à 13 realidade apontada (requerimento), já não o será no que concerne à 2^a: é que, ao assinar a notificação que lhe foi presente (fls 2042), a mesma, implicitamente, consentiu na realização da audiência, na sua ausência.

O que equivale por dizer que, se a tal desejasse opor-se, das duas uma : ou não assinava essa notificação, ou, tendo-o feito, deveria, em tempo útil, ter expresso vontade contrária. Ou seja: a tal “actividade” a que a mesma se reporta deveria efectivamente ter tido lugar, da sua parte, caso não concordasse com o que lhe fora submetido, sob pena de, como aconteceu, tal “silêncio” ter como inevitável significado a anuência, o consentimento para os termos em que era notificada.

Nesta conformidade, tendo-se efectivado essa audiência, com notificação devida ao defensor da decisão respectiva, a mesma deverá considerar-se transitada, razão por que nunca poderá assistir razão à recorrente na pretensão da prescrição do procedimento criminal ”; (cfr., fls 2468 a 2469).

*

Fundamentação

2. Cabe apreciar e decidir se prescrito está o procedimento criminal em relação à ora recorrente, adiantando-se desde já que não lhe assiste razão.

Importa desde já atentar no que segue:

— em 01.11.2006, foi a recorrente pessoalmente notificada da data designada para a audiência de julgamento (12.03.2007), e que se à mesma faltasse e nada dissesse, seria o julgamento realizado na sua ausência, sendo representada para todos os efeitos pelo seu Defensor, nos termos do art. 315º do C.P.P.M.; (cfr., fls. 2042).

— em 12.03.2007 e 13.03.2007, teve lugar a audiência de julgamento na ausência e silêncio da ora recorrente, estando a mesma representada pelo seu Defensor, e, em 22.03.2007, procedeu o Colectivo

do T.J.B. à leitura do Acórdão, também com o seu Defensor presente, no qual foi a ora recorrente condenada pela prática em concurso real de 1 crime de “corrupção no recenseamento”, p. e p. pelo art. 41º, n.º1 da Lei n.º 12/2000, e 1 outro de “retenção do cartão de eleitor” p. e p. pelo art. 44º, n.º1 da mesma Lei, na pena única de 4 anos de prisão; (cfr., fls. 2180 e seguintes).

— em 11.05.2007, e na ausência de recurso do assim decidido, lavrou-se cota consignando-se que a decisão ínsita no referido Acórdão tinha transitado em julgado em relação à ora recorrente (e outros co-arguidos); (cfr., fls. 2279).

— em 11.10.2010, requereu a ora recorrente que se declarasse prescrito o procedimento criminal dos autos, (cfr., fls. 2400 a 2402), o que veio a ser indeferido pelo despacho objecto do presente recurso.

Tendo agora em atenção o que se deixou consignado, vejamos.

Nos termos do art. 315º do C.P.P.M.:

“1. Se ao caso couber processo sumaríssimo mas o

procedimento tiver sido reenviado para a forma comum e se o arguido não puder ser notificado do despacho que designa dia para a audiência ou faltar a esta injustificadamente, o tribunal pode determinar que a audiência tenha lugar na ausência do arguido.

2. Sempre que o arguido se encontrar impossibilitado de comparecer à audiência, nomeadamente por idade, doença grave ou residência fora de Macau, pode requerer ou consentir que a audiência tenha lugar na sua ausência.

3. Sempre que a audiência tiver lugar na ausência do arguido, este é representado, para todos os efeitos possíveis, pelo defensor.

4. Se o tribunal vier a considerar absolutamente indispensável a comparência do arguido, ordena-a, interrompendo ou adiando a audiência se isso for necessário”.

In casu, e como se referiu, em 01.11.2006, foi a ora recorrente notificada da data do julgamento e que se à mesma faltasse e nada dissesse, seria representada, para todos os efeitos legais, pelo seu

Defensor, nos termos do transcrito art. 315º do C.P.P.M. ; (cfr., fls. 2042).

Perante isso, dúvidas cremos que não há que, como sucedeu, nada dizendo, e faltando a audiência, “*consentiu*” que a mesma audiência de julgamento tivesse lugar sem a sua presença, (cfr., n.º 2 do transcrito art. 315º do C.P.P.M.), passando assim a ficar representada, “*para todos os efeitos, pelo defensor*”; (cfr., n.º 3).

Nesta conformidade, (e representada que foi, para “*todos os efeitos legais*” pelo seu Defensor), evidente é também que a leitura do Acórdão, efectuada em 22.03.2007, produziu todos os efeitos legais em relação à ora recorrente, nomeadamente, quanto ao início do prazo para o recurso, e, como sucedeu, quanto ao seu trânsito em julgado, o que, por sua vez, afasta, irremediavelmente, qualquer pretensão no sentido da prescrição do procedimento criminal por efeito do decurso do período de tempo entretanto decorrido.

Dest’arte, e censura não merecendo a decisão recorrida que assim decidiu, improcede o recurso.

Decisão

3. Em face do que se expôs, e em conferência, acordam negar o provimento ao recurso.

Pagará a recorrente a taxa de justiça de 5UCs.

Macau, aos 17 de Março de 2011

José Maria Dias Azedo
(Relator)

Chan Kuong Seng
(Primeiro Juiz-Adjunto)

Tam Hio Wa
(Segundo Juiz-Adjunto)